

CAPÍTULO 1

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: NOÇÕES GERAIS

A improbidade administrativa: sua configuração jurídica	1
A repressão judicial aos atos ímprobos: antecedentes legislativos	12
A constitucionalidade da Lei nº 8.429/1992	19

CAPÍTULO 2

A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COMENTADA

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Capítulo I Das disposições gerais.....	23
Art. 1º	23
Art. 2º	23
Art. 3º	36
Art. 4º	39
Art. 5º	39
Art. 6º	40
Art. 7º	40
Ação cautelar: noções gerais	41
Medidas cautelares decorrentes de atos de improbidade	45
Da Medida cautelar de indisponibilidade de bens.....	47
Art. 8º	55
Capítulo II Dos atos de improbidade administrativa.....	56
Art. 9º, <i>caput</i>	56
Inc. I do art. 9º.....	58
Inc. II do art. 9º.....	59
Inc. III do art. 9º	60
Inc. IV do art. 9º.....	60
Inc. V do art. 9º	62
Inc. VI do art. 9º.....	63
Inc. VII do art. 9º	64
Inc. VIII do art. 9º	65
Inc. IX do art. 9º.....	66
Inc. X do art. 9º.....	67
Inc. XI do art. 9º.....	68

Inc. XII do art. 9 ^a	69
Art. 10, <i>caput</i>	69
Inc. I do art. 10	78
Inc. II do art. 10	79
Inc. III do art. 10	80
Inc. IV do art. 10	82
Inc. V do art. 10	83
Inc. VI do art. 10	83
Inc. VII do art. 10	85
Inc. VIII do art. 10	86
Inc. IX do art. 10	91
Inc. X do art. 10	92
Inc. XI do art. 10	93
Inc. XII do art. 10	94
Inc. XIII do art. 10	95
Inc. XIV do art. 10	95
Inc. XV do art. 10	97
Art. 11, <i>caput</i>	98
Inc. I do art. 11	102
Inc. II do art. 11	103
Inc. III do art. 11	103
Inc. IV do art. 11	104
Inc. V do art. 11	106
Inc. VI do art. 11	107
Inc. VII do art. 11	107
Capítulo III Das penas	108
Art. 12	108
Das medidas relacionadas à sentença de procedência	109
Da aplicação das medidas e sua dosimetria	116
Das despesas e dos honorários advocatícios	119
Do duplo grau obrigatório de jurisdição	122
Da coisa julgada	122
Capítulo IV Da declaração de bens	124
Art. 13	124
Capítulo V Do procedimento administrativo e do processo judicial	125
Art. 14	125
Art. 15	127

Art. 16	128
Art. 17, <i>caput</i>	133
Da ação de improbidade administrativa.....	134
Órgão jurisdicional competente para exame da ação.....	138
Da legitimação ativa.....	151
Objeto da ação de improbidade.....	160
Da causa de pedir.....	170
A concessão de tutela antecipada.....	172
§ 1º do art. 17.....	173
§ 2º do art. 17.....	174
§ 3º do art. 17.....	174
§ 4º do art. 17.....	179
§ 5º do art. 17.....	180
Litispendência nas ações coletivas.....	180
Conexão, continência e prevenção.....	184
§ 6º do art. 17.....	189
Dos requisitos formais para a admissibilidade de uma petição inicial	189
Petição inicial da ação de improbidade e justa causa para o ajuizamento	190
§ 7º do art. 17.....	195
§ 8º do art. 17.....	200
Do indeferimento da petição inicial: considerações genéricas.....	200
Do indeferimento da petição inicial previsto no § 8º do art. 17 da LIA	201
§ 9º do art. 17.....	203
§ 10 do art. 17.....	206
§ 11 do art. 17.....	206
Do indeferimento da petição inicial sem exame de mérito.....	206
Do indeferimento da petição inicial por “inadequação da via”	208
§ 12 do art. 17.....	209
Art. 18	210
Capítulo VI Das disposições penais	210
Art. 19	210
Art. 20	212
Art. 21	214
Art. 22	215
Capítulo VII Da prescrição.....	215
Art. 23	215
Capítulo VIII Das disposições finais.....	219
Art. 24	219
Art. 25	219

CAPÍTULO 3
A IMPROBIDADE NO ESTATUTO DA
CIDADE E NA LEGISLAÇÃO ELEITORAL

Improbidade no Estatuto da Cidade.....	221
Art. 52, <i>caput</i>	221
Inc. II.....	227
Inc. III	228
Inc. IV.....	230
Inc. V.....	230
Inc. VI.....	231
Inc. VII	232
Inc. VIII	233
Improbidade na legislação eleitoral.....	234
Art. 73, <i>caput</i>	234
Inc. I.....	236
Inc. II.....	238
Inc. III	238
Inc. IV.....	239
Inc. V.....	239
Inc. VI.....	240
Inc. VII	241
Inc. VIII	242
Parágrafos.....	242
ANEXOS.....	247
Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950	247
Lei nº 3.164, de 1º de junho de 1957.....	262
Lei nº 3.502, de 21 de dezembro de 1958.....	263
Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965	267
Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967	274
Lei nº 7.106, de 28 de junho de 1986	281
Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.....	282
Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.....	286
Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.....	319
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	337